

**educação do campo, educação popular e o mst:
entrevista com a professora jade percassi**

**countryside education, popular education and mst:
interview with teacher jade percassi**

Jade Percassi

Pesquisadora e Educadora Popular
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
São Paulo

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2050-3091>

Luciana Maria Azevedo de Almeida

Pesquisadora independente e Doutora em Filosofia
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6871-717X>

Aline Mendes Bernardes-Santos

Mestre em Educação e Educadora Socioambiental
Epicentro Urihi
Belo Horizonte, MG

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0800-8189>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15475515>

Resumo: Entrevista com Jade Percassi, Doutora em Educação e Professora do MST, realizada pelas pesquisadoras Luciana Maria de Azevedo Almeida e Aline Mendes Bernardes Santos em maio de 2025.

Palavras-chave: (1) Educação do campo; (2) Educação popular; (3) MST; (4) Reforma agrária; (5) Movimentos sociais.

Abstract: Interview with Jade Percassi, PhD in Education and MST teacher, conducted by researchers Luciana Maria de Azevedo Almeida and Aline Mendes Bernardes Santos in May 2025.

Keywords: (1) Countryside education; (2) Popular education; (3) MST; (4) Agrarian reform; (5) Social movements.

Entrevistadoras: *Professora Jade, considerando sua trajetória intelectual e acadêmica, quais foram as questões, reflexões e motivações que a levaram a se aproximar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a se engajar neste movimento?*

Jade: *Costumo dizer que a minha história, e a história da minha geração se misturam com a história do próprio Movimento. Eu passei parte da infância no campo, no estado do Mato Grosso, no final dos anos 70, início dos anos 80 do século passado, em um contexto muito marcado pelas tensões em torno da questão agrária. No Rio das Mortes, em Nova Xavantina, já estava desenhado o conflito que caracteriza a própria formação do nosso país: de um lado povos indígenas em resistência, lutando pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios ancestrais, de outro latifúndios improdutivos de propriedade das oligarquias ruralistas, sendo gradativamente substituídos pela monocultura de commodities para exportação e ali no meio, tentando sobreviver, algumas famílias de pequenos agricultores, buscando meios para produzir alimentos. Ali entendi que havia algo de muito errado, tanta terra sem gente e tanta gente sem terra, passando fome.*

Quando, após uma série de desventuras, minha família se deslocou para São Paulo, tive a sorte de estudar com uma professora de Geografia que nos apresentou, muito cedo, um livro chamado Pascoalzinho pé no chão - uma fábula da reforma agrária, de Chico Alencar (1986)¹. A história de uma família de coelhos que perde suas terras para a instalação de uma usina de cana-de-açúcar e precisa se deslocar para a periferia da cidade grande e depois se organiza com outras famílias para retornar para o campo e reivindicar o direito à terra, para quem nela vive e trabalha. Esta foi, sem dúvidas, a primeira semente da minha aproximação com o tema.

Mais tarde, já na universidade, fui impactada como outras milhares de pessoas pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Aquele episódio escancarou a permanência de uma lógica entranhada na nossa sociedade, do uso de forças policiais para a garantia da propriedade privada da terra nas mãos da burguesia agrária e violação de direitos da população pobre que ousa se organizar e lutar. A visibilidade nacional e internacional dessa passagem tenebrosa tornou possível a pauta da reforma agrária voltar à ordem do dia, nos meios de comunicação e na Academia. Assim, além de direcionar parte da minha formação para a questão agrária e sua relação com as desigualdades sociais, fui me aproximando do próprio MST, através do Movimento Estudantil, com ações de solidariedade e das ações de extensão, com visitas didáticas e outras vivências. Meses antes de me formar, já estava trabalhando na Assessoria Técnica ao movimento, buscando mobilizar os conhecimentos “científicos”, sistematizados, em

¹ Em 2012, a Editora Expressão Popular reeditou o livro.

diálogo com os saberes populares e coletivos, para construir soluções para os problemas comuns aos territórios conquistados ou em disputa.

Entrevistadoras: Na obra *Extensão ou Comunicação?*, Paulo Freire afirma:

... a reforma agrária, como processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio de técnicas de produção, de comercialização, etc, mas pelo contrário, deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada” (FREIRE 2001:75).

É possível afirmar que as formações político-pedagógicas do MST seguem essa diretiva freiriana? Como as práticas artísticas desenvolvidas no âmbito no MST contribuem para essa transformação cultural e política?

Jade: *Ao longo de sua história, na medida em que foi se ampliando territorialmente e humanamente, o MST foi se complexificando na sua organização interna, aprofundando o estudo sobre a realidade e a intencionalidade pedagógica sobre as diversas dimensões da vida. Então, o movimento nasce a partir da necessidade histórica de camponeses e camponesas, que se organizam para lutar pelo direito à terra, mas a terra é apenas o primeiro passo, a mãe de todas as outras lutas. Uma das músicas mais conhecidas do cancionário da luta diz textualmente:*

Erguendo a fala, gritando “Reforma Agrária” porque a luta não para quando se conquista o chão; fazendo estudo, juntando a companheirada, criando cooperativa pra avançar na produção (ZÉ PINTO, Floriô).

O que isso quer dizer é que a reforma agrária não se trata apenas de uma operação econômica, jurídica ou administrativa, de redistribuição da terra; o Programa de Reforma Agrária Popular do MST contém as diretrizes para a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo, que extrapola inclusive os assentamentos. Diz respeito aos interesses da classe trabalhadora para enfrentar as múltiplas violências do sistema capitalista (o latifúndio, a destruição da natureza, a exploração, o patriarcado, o racismo). Então as formulações do movimento nas dimensões das relações de trabalho, da educação, da saúde, da comunicação, da cultura, seguem todas esta linha, de superar as formas impostas pelo sistema capitalista, buscando cultivar valores humanistas e socialistas, na construção de relações humanas emancipadoras, por isso dizemos que é um programa cultural. Isso se reflete nas práticas e produções artísticas, desenvolvidas a partir da luta e dos processos coletivos nos territórios, uma vez que “... a materialidade se

reflete no ser social”: ensinamento que nos chega desde Paulo Freire, e antes dele, do materialismo histórico dialético.

Entrevistadoras: A Educação Popular é uma abordagem pedagógica que busca promover a conscientização, a autonomia e a transformação social por meio de processos educativos participativos e dialógicos. Considerando essa perspectiva, qual é a relevância da Educação Popular na formação política de indivíduos e grupos que atuam em movimentos sociais, como os que lutam pela reforma agrária, justiça social e direito à terra? Como essa prática educativa contribui para a articulação e o fortalecimento desses movimentos, incentivando a participação ativa e a organização coletiva? Além disso, de que maneira a Educação Popular pode desafiar estruturas de desigualdade e opressão, ajudando a construir uma sociedade mais justa e inclusiva?

Jade: *A Educação Popular, tal como o MST a compreende, ou seja, a partir do referencial freireano, é uma das matrizes que compõem o que a professora Roseli Caldart sintetizou como a Pedagogia do Movimento. Ela é fundamental no processo de formação dos sujeitos e, sobretudo, desse sujeito coletivo que é o movimento social, menos como um plano ou um conjunto de práticas a serem seguidas, e sim como método, que abrange a práxis —no sentido de não dissociação entre o fazer e o pensar— e a dimensão da luta social como dimensão educativa.*

O companheiro Gilmar Mauro sempre diz que em um dia de ocupação e acampamento se aprende mais sobre como funciona a sociedade do que em anos de Sociologia na faculdade, e é pura verdade. Romper a cerca que separa os seres humanos da natureza implica em compreender a função social da terra, a constituição federal, o papel da propriedade, a atuação da polícia, os interesses políticos e econômicos, e por outro lado vivenciar na prática a organização coletiva para solucionar as necessidades imediatas: providenciar água, alimentação, abrigo, segurança, cuidado das crianças, e assim por diante. A Educação Popular se faz presente em movimento, ao articular diferentes saberes, ao proporcionar essas trocas em que homens e mulheres “... se educam entre si mediatizados pelo mundo”, tendo como ponto de partida e de chegada os interesses do povo. Trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, crianças, estudantes, artistas, militantes de outras organizações aliadas; todos saem transformados de alguma maneira, após vivenciar coletivamente um processo de luta.

Entrevistadoras: Algumas escolas do campo têm conseguido formar cidadãos críticos e politicamente atuantes, capazes de refletir e intervir no contexto social em que vivem. No entanto, tanto nas escolas urbanas quanto nas rurais, ainda existem desafios significativos para alcançar esse objetivo, como a falta de diálogo com a realidade local, a reprodução de modelos

educativos tradicionais e a desarticulação entre teoria e prática. Diante desse cenário, o que a Educação Formal pode aprender com os princípios e práticas da Educação Popular, no que diz respeito à formação política dos estudantes? Como a valorização do conhecimento comunitário, a participação ativa dos educandos e a integração entre Educação e transformação social podem contribuir para superar os entraves atuais e promover uma Educação mais crítica e emancipatória?

Jade: *A Educação do Campo traz em sua própria concepção um grande desafio que é também seu maior trunfo, que é de ter que se haver com a materialidade da vida e do mundo. Na prática, implica que em cada escola do campo, nos diferentes níveis de ensino, um conjunto de educadores e educadoras e as famílias da comunidade escolar se debruçam continuamente para a construção de um currículo que parte da realidade, das vivências e das experiências das pessoas que vivem no campo; agricultores/as, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. Essa vivência da integração entre prática e teoria, aliada às necessidades de pensar criticamente sobre a realidade e de participar ativamente da tomada de decisões, tem um enorme potencial de formação da consciência e da autonomia, pressupostos para o fortalecimento de sujeitos capazes de impulsionar coletivamente processos de transformação social.*

Vale lembrar que a conquista da Educação do Campo é fruto da luta de muitas organizações e movimentos populares pelo direito à permanência de crianças, jovens e adultos no campo, com uma Educação que valorize a cultura, o conhecimento e a identidade dos povos do campo. Isso gerou amplas e intensas lutas e articulações para garantir a formação de professores e professoras através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), que já completou 27 anos. Mais de 190 mil pessoas passaram por processos de escolarização do Pronera, entre alfabetização, cursos técnicos, de graduação, especialização e mestrado.

Criado no mesmo período do Pronera, o Fórum Nacional de Educação do Campo tem sido um instrumento de fortalecimento na reconstrução das políticas públicas para a Educação do Campo, após o período dos desgovernos (Temer/Bolsonaro), articulando o conjunto dos movimentos e organizações do campo na elaboração e acompanhamento dos programas, como o próprio Pronera, a Residência Agrária, as Licenciaturas em Educação do Campo, o PRONACAMPO, Saberes da Terra, PNLD Campo, Observatório da Educação do Campo, PIBID Diversidade, Escola da Terra, PET Campo e bolsas específicas para estudantes indígenas e quilombolas, entre outras.

Entrevistadoras: Há décadas, observa-se uma forte estigmatização e criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por parte de setores da mídia e de alguns segmentos políticos, que

frequentemente associam o movimento à violência e à desordem. Diante desse cenário, como o MST e seus apoiadores podem enfrentar esses ataques à sua imagem pública? Quais estratégias de comunicação, mobilização e diálogo podem ser adotadas para desconstruir narrativas negativas e apresentar a luta pela reforma agrária em sua dimensão social e política, construindo uma percepção mais justa e equilibrada sobre o movimento na sociedade?

Jade: *Além do problema estrutural da concentração da terra e dos bens da natureza, temos em nosso país historicamente também a concentração dos meios de comunicação, que atendem aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes. Isso torna desde sempre esta disputa desigual. Em que pese todos os esforços do MST e de outras organizações da classe trabalhadora em se apropriar tecnicamente e desenvolver um sistema popular de comunicação, com veículos como a TVT, Rádio Brasil Atual, agência Brasil de Fato, o Centro Popular de Mídias, entre outras, o outro lado investe pesadamente na batalha ideológica, não apenas através dos meios tradicionais, mas também mais recentemente com produções exclusivas para internet —iniciativas como o Brasil Paralelo—, sem contar a disseminação de valores alinhados com o agronegócio, seja com campanhas publicitárias, a exemplo do “agro é pop”, seja com a produção da indústria cultural com as músicas e todo o pacote estético do “agronejo”.*

De forma que, sem deixar de lutar por espaços onde essa disputa do imaginário acontece cotidianamente, é necessário também apostar em outras formas de diálogo com a sociedade, seja através das próprias lutas sociais, com ocupações, marchas, ações de agitação e propaganda; como intensificar as atividades presenciais como feiras, festivais de artes, espaços culturais e de comercialização, onde é possível conversar com as pessoas sobre a relação entre a reforma agrária e a produção de alimentos, em oposição aos efeitos da adoção do modelo do agronegócio —destruição ambiental, impactos dos agrotóxicos na saúde, entre tantos outros. Nas periferias das grandes cidades, essa interação tem-se dado de forma mais intensa desde os tempos mais brutos da pandemia da covid-19, através de ações de solidariedade com a distribuição de alimentos e as cozinhas solidárias nas comunidades mais vulneráveis, onde o movimento se fez presente e foi possível estreitar relações.

As escolas e as universidades certamente têm um papel importante a cumprir nessa missão, que é sobretudo de um compromisso com a verdade, de fazer chegar as informações sobre o uso da terra e das relações com a natureza e a apropriação das riquezas no Brasil, como as decisões políticas se refletem na vida de toda a população, a existência de pessoas que vivem no campo e se dedicam a produzir alimentos que chegam às casas das pessoas e assim por diante.

Entrevistadoras: Considerando o contexto de falência do modelo de desenvolvimento atual, os impactos negativos do agronegócio e os desafios impostos pelas mudanças climáticas, qual será o legado do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) para as gerações futuras? Como a luta pela reforma agrária, a defesa da agroecologia e a construção de uma Educação do Campo podem contribuir para um futuro mais sustentável e justo? De que maneira o MST pode inspirar outros movimentos sociais a enfrentar esses desafios globais?

Jade: *Precisamos construir a compreensão em toda a sociedade sobre a gravidade do momento que estamos vivendo. Não estamos à beira de um colapso ambiental, estamos imersos nesse colapso. Todos os acordos internacionais sobre emissões de gases poluentes e outras práticas devastadoras têm sido sistematicamente ignorados ou desvirtuados, e não há nenhum aceno de mudanças nesse sentido. Portanto, além da pressão que evidentemente as organizações populares precisam seguir fazendo sobre seus governos, há que se disputar também através da ação.*

Nos últimos dez anos, o MST assumiu a Agroecologia como princípio e projeto, entendida de forma mais ampla do que uma matriz produtiva, ou seja; além de combater o uso de agrotóxicos e transgênicos, produzir sementes, desenvolver fertilizantes orgânicos, defensivos biológicos, tecnologias adaptadas para agriculturas diversas, respeitar as características dos biomas, buscar matrizes energéticas sustentáveis —e tudo isso permeado por relações de cooperação entre os diferentes sujeitos que compõem os acampamentos e assentamentos—, pois não se produz alimentos saudáveis com relações tóxicas.

Nesse sentido, como uma contraofensiva material e ideológica, o movimento lançou o Plano Nacional Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, que prevê o plantio de 100 milhões de árvores em todo o território nacional. Trata-se de uma campanha permanente, não apenas nas áreas organizadas pelo MST, mas sobretudo em ações articuladas com as organizações das cidades, para dar visibilidade ao tema e proporcionar a reflexão coletiva a partir do fazer coletivo; “... fazer-se fazendo”.

O Movimento Sem Terra sozinho não tem condições de realizar as transformações que se fazem necessárias no tempo presente, mas talvez com a persistência de sua luta, suas práticas pedagógicas e sua cultura política organizativa possa contribuir para impulsionar processos mais amplos de conscientização e tomada de posição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sobre as autoras

Jade Percassi é bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2001), licenciada em Sociologia pela Faculdade de Educação da USP (2004). Mestre em Educação (2008) e Doutora em Educação (2015) pela Universidade de São Paulo. Foi extensionista no Projeto Piá de Educação Popular Infantil, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e no Núcleo de Economia Solidária, além de projetos interdisciplinares como Laboratório de Cortiços e Cidade de Areia. Atuou como Técnica Social e Coordenadora Operacional da USINA centro de trabalhos para o ambiente habitado e contribuiu como pesquisadora do Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular (CEPAEP) da FEUSP. É educadora popular no desenvolvimento de projetos em áreas de assentamentos e acampamentos de reforma agrária, além de assessorar cursos de formação na Escola Nacional Florestan Fernandes. Constrói junto a coletivos artísticos a Escola Popular de Teatro e Vídeo, compõe o grupo musical As Cantadeiras e a Frente de Literatura Palavras Rebeldes. Com pós-doutoramento em Saúde Coletiva pelo Centro SoU_CIÊNCIA, na Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, colabora com a formação de Agentes Populares em Saúde do Campo com ênfase na Agroecologia em projeto da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec).

Luciana Maria Azevedo de Almeida é Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou pesquisa de doutorado acerca dos Ensaio de Montaigne, enfatizando a influência de Plutarco sobre o ceticismo montaigniano. Mestre em Filosofia pela mesma universidade, elaborou dissertação a propósito do embate entre Retórica e Filosofia em Platão. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalhou como docente em diversas instituições de ensino superior, incluindo a UFMG, com ênfase em Epistemologia e História das Ciências, em Filosofia da Educação, Ética e introdução à Filosofia. Participou como voluntária do grupo de estudos em Pedagogia Sócio-espacial (Escola de Arquitetura UFMG) e pontualmente do Grupo de Estudos “Cogitamus” (FAE – UFMG).

Aline Mendes Bernardes-Santos é bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG (2022), teve sua dissertação centrada no curso de Licenciatura em Educação do Campo e atuou como docente de ciências no ensino médio e fundamental.